

Jornal da Tarde

10/3/1987

O PROTESTO DA AGRICULTURA

Produtores rurais vão distribuir alimentos, bloquear agências bancárias e fechar estradas.

Distribuição de gêneros alimentícios, bloqueio de estradas, fechamento do comércio e agências bancárias, vigílias. Os agricultores programam de tudo para hoje, dia em que o setor deve fazer outra manifestação contra a política agrícola, as altas taxas de juros e as indefinições, do governo, apesar do atendimento de algumas das reivindicações, como o reajuste dos preços mínimos.

O movimento dos produtores rurais a ser deflagrado hoje em praticamente todo o país não busca um confronto com o governo, não é um movimento de protesto, mas sim um "dia nacional de mobilização por uma nova política agrícola", disse o presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Flávio Teles de Menezes, à saída do gabinete do presidente Sarney, com quem esteve ontem, liderando um grupo da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira.

Sarney prometeu estudar as reivindicações do setor (veja abaixo) e enquanto o presidente falava com as lideranças ruralistas, na sala ao lado do seu gabinete, o seu secretário particular, Jorge Murad, discutia as reivindicações dos produtores com os ministros da Agricultura, Íris Rezende, e da Fazenda (interino), Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo.

Os produtores querem que o governo crie uma política de crédito rural compatível com os ganhos obtidos pelo setor. Apontam, por exemplo, que os preços mínimos não podem ser corrigidos pela variação do IPP (Índice de Preços Pagos na Agricultura) enquanto os financiamentos estão sujeitos a correção monetária pela variação das LBC (Letras do Banco Central).

Os produtores querem que o governo garanta que não vai cobrar nenhuma correção monetária sobre os financiamentos concedidos ao setor no período de 1º de março de 1986 a 28 de fevereiro de 1987.

Os produtores estão inconformados com a Resolução 1.266 do Banco Central, de 27 de fevereiro, que determina incidência de correção monetária plena (LBC mais 6% de juros líquidos) sobre os créditos de investimento, quando o regime anterior previa apenas uma taxa fixa de 10% ao ano, sem correção monetária. A solução reivindicada pela Frente Ampla é a de prorrogação por 120 dias, das taxas em vigor desde o Plano Cruzado, até 30 de junho. Isso permitiria que, colhida a safra pudesse os agropecuaristas resgatar, total ou parcialmente, seus débitos junto ao sistema financeiro, sem a correção monetária. O total dos financiamentos para Investimento na agricultura é da ordem de Cz\$ 48 bilhões, dos quais Cz\$ 25 bilhões do Banco do Brasil e Cz\$ 23 bilhões dos demais bancos.

As lideranças dos diversos segmentos da agricultura disseram que os protestos deverão ocorrer em praticamente todos os municípios brasileiros. Antonio de Oliveira Pereira, do Sindicato Nacional da Pecuária de Corte, explicou que, embora o governo tenha atendido algumas das reivindicações, a falta de uma política agrícola definida preocupa a agricultura. "Os produtores, que acreditaram no Plano Cruzado, e que investiram no aumento da produção viram os preços dos insumos continuarem subindo e as altas taxas de juros comprometem o esforço feito", justificou.

Carlos Olinto Brandão, presidente da Cooperativa Agropecuária do Brasil Central, que congrega sete mil associados, tem outros motivos de queixas. No momento em que a

agricultura se prepara para colher a maior safra deste país, "os fantasmas da falta de locais para estocagem e da queda nos preços assustam todos". Segundo Brandão, a Ceagesp de Araçatuba está recebendo 120 mil sacas de arroz do Mato Grosso do Sul para estocar, enquanto que a Ceagesp de Rio Preto está recebendo um milhão de sacas de Rondonópolis. Em Lins, a Nargel está recebendo 500 mil sacas de arroz de Goiás. Os armazéns existentes nestas localidades estão ocupados com o arroz importado em 1986, em quantidades superiores às necessárias.

"A situação é angustiante e a correção monetária estabelecida para corrigir os Empréstimos do Governo Federal (EGFs) vai comer os aumentos dados para os preços mínimos", explicou Brandão. Com uma oferta maior, os preços tendem a cair e há incerteza quanto à disponibilidade do governo de alocar recursos para as compras, obedecendo aos mínimos estabelecidos. Na região de Araçatuba, os produtores programam ocupação das cidades e estradas com tratores, distribuição de manifestos, fechamento do comércio e dos bancos, vigília nas Câmaras Municipais.

Manifestações estão sendo programadas pelos 220 sindicatos rurais ligados à Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, que deverá colocar toda a sua diretoria de plantão, para dar cobertura aos protestos. Em Itapetininga e Capão Bonito, as estradas deverão ser fechadas logo às 5 horas, enquanto em Lins se programa distribuição gratuita de leite à população. A Faesp defende uma moratória de 120 dias para os créditos agrícolas, com taxas de 10% ao ano.

Em plantão permanente deverá ficar também a Organização das Cooperativas do Brasil em Brasília, segundo o assessor Alberto Veiga. Nem mesmo o reajuste dos preços mínimos, divulgado na semana passada, deverá desmobilizar os agricultores. "O setor está descobrindo agora, na boca da safra, que não poderá pagar as dívidas contraídas. O problema é muito sério e os agricultores não conseguem vender a safra por preços que cubram suas despesas", disse Veiga.

(Página 4)